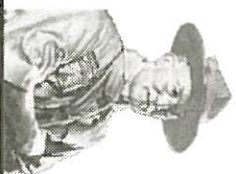


## Vila Real

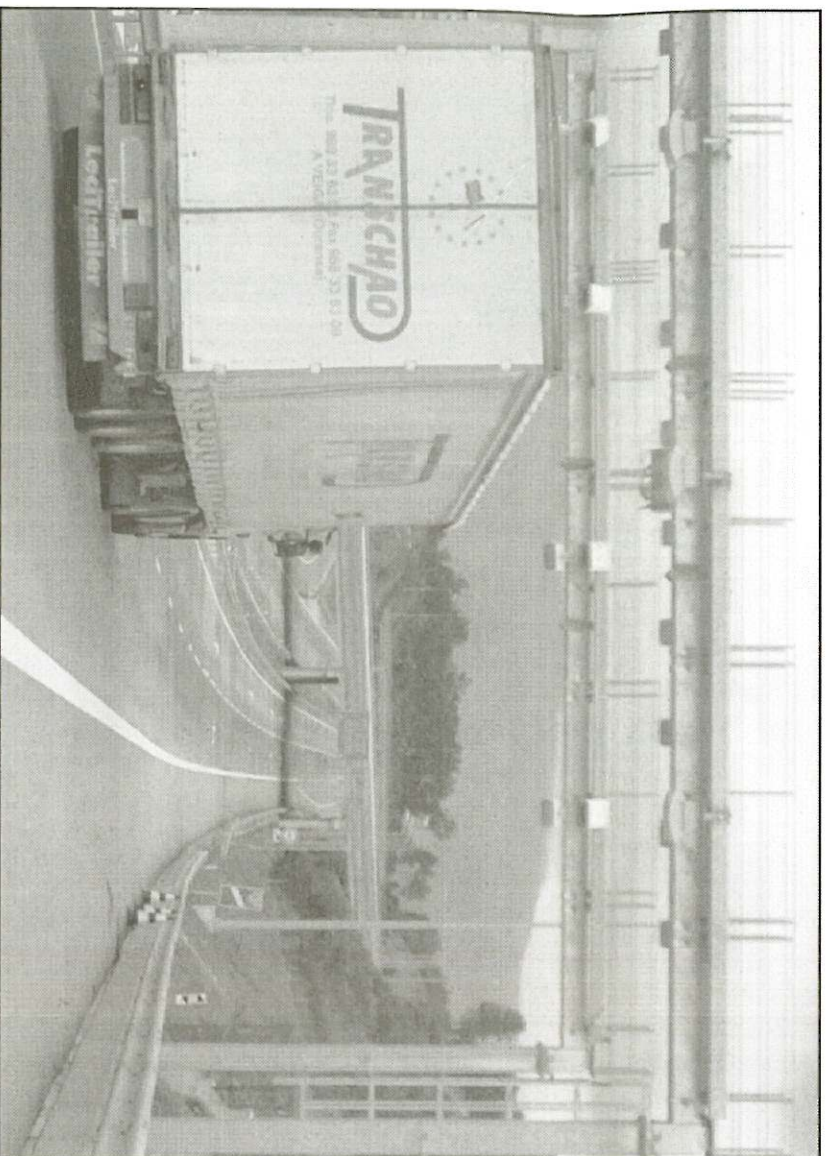


"Sim... Sou Escuteiro!" é nome da iniciativa que vai levar vários escuteiros a ostentarem, amanhã, **Dia de Baden Powell**, algum símbolo que confirme a sua ligação ao movimento. No próximo fim de semana irá realizar-se ainda, em todo o país, as "48 horas de voluntariado" do Corpo Nacional de Escutas.

Exigem os empresários e comerciantes transmontanos e durieneses

## Mais igualdade perante Espanha e menos portagens na região

A ACISAT-Associação Empresarial do Alto Tâmega, a Nervir-Associação Empresarial de Vila Real e ainda a AEHTD-Associação de Empresários de Hotelaria e Turismo do Douro defendem alterações nas portagens e acusam as instituições nacionais de alguma passividade na defesa dos interesses da região e mesmo do país, perante a circulação de mercadorias oriundas de Espanha. Dizem que há gás, vindo de Espanha, a ser vendido porta a porta por metade do preço nas zonas de fronteira.



ALMEIDA CARDOSO

São ecos num misto de descontentamento e preocupação que foram ouvidos pelo Nosso Jornal por parte de duas agrêmiações que representam dois setores sensíveis da atividade da região: a hotelaria e o comércio, precisamente a norte e a sul do distrito, e na faixa ribeirinha do Douro Sul.

Os representantes da hotelaria querem que o Governo repense a questão das portagens e criticam a burocracia existente nas trocas comerciais entre Trás-os-Montes e a vizinha Galiza. Por outro, a ACISAT exige algum protecionismo e igualdade de tratamento na questão da livre circulação de mercadorias.

impunes de venda ambulante porta a porta, nomeadamente de produtos mais baratos como as garrafas de gás espanhóis a metade do preço. Um outro exemplo são os combustíveis, que são mais baratos devido ao IVA que é mais baixo. Esta situação está a levar ao encerramento de algumas bombas de abastecimento e outras estão a reduzir o horário de trabalho", sublinhou.

Por sua vez, o Presidente da NERVIR-Associação Empresarial de Vila Real, Luís Tão, alinhou no mesmo tom de críticas: "Já há alguns anos falamos neste assunto. O que defendemos é profissionalismo e tratamento igual por parte das nossas autoridades competentes nesta matéria (guarda-fiscal e aduaneira).

Se não há controlo sobre as mercadorias que, às vezes, podem vir de Espanha sem serem declaradas e se facilitamos, estamos a penalizar o nosso comércio. Não queremos retalição e tem de haver uma igualdade. As autoridades deveriam executar aquilo a que estão destinadas", concluiu.

### Portagens pagas pelos empresários para atrair clientes

Nas portagens, a visão destas duas estruturas é semelhante, assim como extensiva às suas congéneres do distrito, nomeadamente a Nervir e a própria Associação Comercial e Industrial de Peso da Régua, ACRP. A questão é tão sensível que José António Santos, da AEHTD, referiu mesmo que as portagens provocaram uma desregulação do comércio entre a Galiza e Portugal. "Eu tenho alguns empresários que estão dispostos a pagar as portagens para que o valor não pese no bolso dos turistas nas suas deslocações. As contas com a introdução das portagens já foram feitas e Portugal só tem a ganhar se optar por acabar com elas ou então fazer uma redução significativa. As autoestradas estão quase desertas e as pessoas da região vivem com algumas dificuldades. Estamos a falar de comércio e turismo, e transporte de mercadorias, afetando milhares de pessoas dos dois lados da fronteira".

João Rua focou ainda um outro problema com o pagamento das portagens: "Além de se ter que pagar as portagens, há ainda a dificuldade

### Burocracia também afeta a dinâmica empresarial entre as duas regiões

Por outro lado, José António Santos lembra que a burocracia é um dos aspetos que os governos têm de resolver: "Aqui temos de ter uma visão para os dois lados. Segundo dizem os espanhóis, não tem havido disponibilidade das autoridades portuguesas de desburocratizar. Há milhares de empresários de Espanha que têm muitas para pagar, precisamente porque não cumpriram com a burocracia. É incrível que se dificulte as trocas comerciais entre o nosso país e a vizinha Espanha. Pelo que sei, ao todo, são doze documentos exigidos aos espanhóis. Inclusive, ainda é preciso uma autenticação da ficha do condutor, dos impostos pagos pela viatura, uma autorização da entidade patronal para que o condutor possa transportar o carro. Ou seja, é uma série de documentos que me parecem totalmente desnecessários. Porém, friso que desburocratizar não é provocar facilitismo impune na circulação de mercadorias. Uma coisa é o direito de exercer outra coisa é o cumprimento da regulamentação".

Recorde-se que, recentemente veio a lume a exigência de uma guia de circulação, ou seja, qualquer estrangeiro que venha em trabalho a Portugal tem de trazer uma guia do veículo pedida às alfândegas portuguesas. Quem não gostou foi a Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola, sublinhando estar em causa um bloqueio às relações económicas entre os dois países e cuja multa vai de centenas aos milhares de euros.

Esta última ideia foi substanciada pelo seu presidente, João Rua, realçando que "há facilidades a mais das autoridades portuguesas em relação aos espanhóis". "Devia haver mais cuidado com a circulação de mercadorias, onde também há desigualdades entre os dois países. Note que os espanhóis põem mais restrições. Eu já denunciei publicamente esta situação. É bem evidente que as autoridades espanholas são mais ágeis na fiscalização, nós somos mais complacentes e eles fazem o que lhes apetece. Em Espanha, a fronteira é livre, a troca de produtos é livre, mas eles acompanham a viatura e fazem sempre a fiscalização quando as mercadorias chegam ao local de destino. Na sua chegada, estão sempre as autoridades das condições de tra-

balho para verificarem se a mercadoria está bem acondicionada ou não, e se está a ser descarregada com as guias. Nota-se que há uma maneira encapotada de fiscalização rigorosa por parte dos nossos vizinhos. Este excesso de zelo na fiscalização inibe as entidades portuguesas de operar no país ibérico, dado que os transportes são fiscalizados por várias vezes ao longo do percurso quando entram em Espanha".

João Rua voltou a bater na tecla da passividade das autoridades portuguesas. "Por outro lado, eles tratam para cá os seus produtos, mas as nossas autoridades são mais passivas. Entram tranquilamente, vendem, distribuem e voltam para Espanha. Na fronteira de Chaves, isto é sentido. Inclusivamente, nós temos casos